

## A QUESTÃO SOCIAL DAS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO NORDESTE PARA A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE SÃO PAULO: UMA DAS FACES DO AGRONEGÓCIO DA CANA, NO BRASIL

Maria Dione Carvalho de Moraes<sup>1</sup>  
Francisco Frazão<sup>2</sup>  
Teodório Rogério Júnior<sup>3</sup>

### I-INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da pesquisa com trabalhadores/as migrantes temporários/as do Estado do Piauí, e pretendeu apreender as suas condições de vida e a de suas famílias e a dinâmica do ciclo migratório nas suas determinações e efeitos, sobretudo seus significados materiais e simbólicos. Trata-se de uma migração que é parte do modo e meio de vida de significativos contingentes populacionais, sendo a microrregião de Valença, especificamente os municípios de Barra D'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis e Várzea Grande, *locus* empírico da pesquisa, tida como grande exportadora de mão-de-obra para o trabalho agrícola temporário, no corte de cana, principalmente para o Sudeste brasileiro, em especial para o Estado de São Paulo<sup>4</sup>.

A pesquisa agrega novos elementos à reflexão sobre a temática da migração agrícola temporária pela ótica de um grupo social que tem na migração temporária uma forma de reprodução social, por viverem em municípios que não oferecem outras possibilidades, caso dos municípios piauienses abordados<sup>5</sup>. Nesse sentido, contribui para as interlocuções na arena pública, sobretudo no campo das políticas públicas de geração de emprego e renda, no estado e nos municípios mais diretamente afetados, sobretudo no concernente à presença das novas gerações, objeto de cobiça das grandes empresas que aliciam mão-de-obra farta, socialmente desprotegida e politicamente desarticulada, a baixo custo.

Com o foco no ponto de vista dos atores sociais interpelados, as escolhas epistemológicas e metodológicas na relação sujeito/objeto na produção do conhecimento científico levam à tentativa da compreensão (BOURDIEU, 1997) da questão social da migração com o essencial contributo do/as próprio/as migrantes, aqui entendido/as tanto como aqueles/as que migram quanto seus filhos/as, mães

1 Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal do Piauí, no Departamento de Ciências Sociais/CCHL, no Mestrado em Políticas Públicas/CCHL, e no Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/TROPEN (Rede PRODEMA). Coordenadora, no Piauí, da pesquisa "Migrações dos trabalhadores do Maranhão e do Piauí para o trabalho na lavoura canavieira de São Paulo e Rio de Janeiro". E-mail: mdione@superig.com.br; mdione@uol.com.br

2 Mestrando em Políticas Públicas/UFPI, graduado em Ciências Sociais pela UFPI, em cuja condição foi bolsista da pesquisa referida na nota n.1 deste artigo. E-mail: francisconfrazao@yahoo.com.br

3 Mestrando em Políticas Públicas/UFPI, graduado em Ciências Sociais pela UFPI, em cuja condição foi bolsista do PIBIC/CNPq na pesquisa referida na nota n. 1 deste artigo. E-mail: teorojunior@yahoo.com.br

4 Há outras rotas migratórias para o Centro-Sul e Norte do Brasil, a partir do Piauí. Além dos municípios abordados na pesquisa, outros há que também expulsam trabalhadores/as para os canais da região Sudeste e Centro-Oeste e para fazendas da região Norte do Brasil (MORAES, FRAZÃO, e ROGÉRIO Jr. 2007).

5 Para detalhamento, ver Moraes, Frazão e Rogério Jr. (2007), em especial, anexos de 1 a 13.

e pais, parentes e aderentes, enfim, sua família. De fato, com Martins (2003), que muitos/as daqueles/as que não aparecem nas estatísticas oficiais como migrantes sofrem deslocamentos do seu lugar social e das oportunidades de vida, como ocorre com filhos/as de migrantes que, embora não reconhecidos/as estatisticamente como tais, são, muitas vezes, vítimas da problemática social da migração. Assim, é “necessário pensar como migrante não apenas quem migra, mas o conjunto da unidade social [família] de referência do[a] migrante que se desloca” (MARTINS, 2003, pg. 145). Nesse sentido, buscou-se, na pesquisa, fugir à definição da migração com categorias exmanentes ao universo social pesquisado e à realidade das pessoas abordadas, numa aproximação metodológica ao que Martins (2003) refere como uma fenomenologia da migração, de modo a incorporar, ao conhecimento do problema, a construção que se processa na consciência do/as próprios/as migrantes temporário/as, sem embargo de informações quantitativas buscadas para a construção de dados<sup>6</sup>.

Na pesquisa de campo, realizada em agosto de 2005 e maio e abril de 2006, foram gravadas 40 entrevistas semi-estruturadas (BOURDIEU, 1997, JOVCHELOVITCH e BAUER 2003, GASKELL, 2003) com migrantes e familiares, gestores públicos municipais e assessores, cujo conteúdo foi transcrito e analisado a partir de leituras verticais e horizontais (MICHELAT, 1987) visando à construção de sentidos (SPINK e LIMA, 2000). Registros nos diários de campo (BRANDÃO, 1982, WHITAKER, 2002), a partir do trabalho de observação direta (ZALUAR, 1986, CICOUREL, 1990, FOOTE-WHYTE, 1990) – também se somaram à constituição do *corpus* de pesquisa. O diálogo com referências teóricas visa à compreensão e aventa explicações sobre a problemática abordada.

## II- DA MIGRAÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Na pesquisa referida, o tema migração<sup>7</sup> refere o deslocamento temporário de populações rurais ou de pequenas cidades tidas por Veiga *et all* (2001) como “rurbanas”. Vale lembrar desdobramentos do termo migração na literatura especializada: migração interna, externa, voluntária, involuntária, primária, secundária, conservadora, inovadora, temporária, permanente (RICHMOND, 1987). Visando à construção de uma linguagem comum para referir-se ao fenômeno, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sugere que, por migrante, devem-se entender pessoas que passam de um país para outro por mais de ano, independentemente da razão da mudança<sup>8</sup>. Instituições internacionais de estatística definem como migração temporária a situação de pessoas que passam de um país para outro por mais de um mês, objetivando realizar trabalho<sup>9</sup>.

Ney Clara de Lima, citando Gilberto Velho lembra que no Brasil o tratamento do tema desses deslocamentos internos vai desde postulados de um “instinto migratório atávico” (LIMA, 2005, p. 16),

6 Sobretudo no que tange à realidade infra-estrutural dos municípios e da microrregião, em termos de sua dinâmica econômica e da presença e efeito de programas e políticas públicas, como se pode conferir em Moraes, Frazão, e Rogério Jr. (2007).

7 Movimentos geográficos de indivíduos e grupos são parte da história da humanidade cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas, nas quais, como diz Martins (2003), o estranho seria a não-migração. Aliás, tais sociedades, tidas por Castells (2000) como sociedades em rede ou de fluxos supõem movimentos migratórios como tema fundante dos dilemas contemporâneos, como as diásporas (HALL, 2003), e conflitos em torno das identidades e mediações culturais.

8 No debate em torno da conceituação de migrante, põe-se dificuldades na definição do termo para fins estatístico pelo fato de que para se constituir em migrante não basta a intenção, devendo-se consumá-la, distinguindo-se, por exemplo, o migrante do residente temporário (RICHMOND, 1987). Sobre temas relativos às formulações estatísticas e suas conseqüências para a interpretação de questões sociais das migrações temporárias, no caso brasileiro, ver Martins (2003).

9 Dessa condição, excluem-se: a) turistas, homens de negócio, estudantes, passageiros em trânsito; b) residentes em áreas de fronteira, frequentemente em trânsito de fronteiras; c) refugiados comuns e políticos e populações transferidas. Restariam, então, dois importantes grupos: a) pessoas que buscam emprego permanente, sazonal ou temporário; b) os dependentes destas pessoas (RICHMOND, 1987). Assim, deslocamentos de população inter e intra-regionais, entre estados ou municípios, como se dá no caso brasileiro, são conhecidos como migrações internas ou, simplesmente, migrações.

especialmente de populações sertanejas<sup>10</sup>, até discussões contemporâneas acerca da questão agrária e da estrutura fundiária concentrada, não se podendo ignorar as referências à modernização da agricultura brasileira (SILVA, 1982) e suas consequências para os trabalhadores do campo (MARTINE, 1987, MARTINS, 1993) e para o trabalho no campo, como a constituição da figura do trabalhador volante (GONZALES, BASTOS, 1977), que traduz, em si mesma, o fenômeno social da migração compulsória relacionada ao trabalho agrícola<sup>11</sup>.

No geral, estudos sobre migrações internas no Brasil contemplam quatro categorias: a) migrações do campo para cidade; b) avanço das frentes agrícolas; c) migrações sazonais; d) fuga das secas. Acrescentam-se: migrações por necessidade de mão-de-obra agrícola em São Paulo (da Bahia, de Minas Gerais, e do Nordeste); deslocamentos causados, a partir de 1960, por grandes obras governamentais de infra-estrutura (Transamazônica, hidrelétricas como Furnas, Itaipu, construção de Brasília), deslocamento do pólo das migrações nordestinas para o Oeste e para Brasília; êxodos causados por outras calamidades (além das secas: enchentes, inundações, intensidade de desmatamentos, etc.)<sup>12</sup> (GRUPO BRASILEIRO, 1987). As áreas de evasão se localizam em zonas de pequenas e médias propriedades onde se expande a pecuária em antigas lavouras de café (Sudeste) ou algodão, feijão e milho (Nordeste), bem como nas zonas tidas como estagnadas, os chamados “corredores migratórios” (RIBEIRO, 1995)<sup>13</sup>.

Nesse processo de migração interna, na produção de combustível a partir da cana-de-açúcar, no Brasil, a agroindústria canavieira paulista, ultramoderna atrai mão-de-obra temporária em regiões distantes do centro-sul e de baixa dinâmica econômica, com base em mecanismos arcaicos de aliciamento e contratação. Como se sabe, a Região Nordeste do Brasil desempenha papel histórico de fornecimento de mão-de-obra para outras regiões do país (RIBEIRO, 1995), constituindo-se os Estados do Piauí e do Maranhão em dois principais fornecedores de contingentes de trabalhadores/as agrícolas temporários, inclusive para o trabalho escravo (SILVA, 2004a).

Com efeito, diagnóstico realizado pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura-FETAG/PI, e pela Pastoral do Migrante/PI (articulação que daria origem à Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo-CEPETE), registra que 93% dos trabalhadores migrantes piauienses são do sexo masculino e possuem idade entre 18 a 35 anos, auge do vigor físico. A maioria não é alfabetizada, 83% trabalham na área rural, 64% deles nos canaviais, 91% são temporários, e 71% possuem renda familiar, no local de morada, de até 1 salário mínimo (CEPETE

10 A propósito, Lima (2005) refere interpretações das razões práticas dos altos níveis de mobilidade populacional das populações rurais brasileiras, sobretudo sertanejas, feitas por diversos autores, e as suas próprias, sobre motivações simbólicas dessa errância.

11 A ocupação territorial do Brasil contou com deslocamentos populacionais, nos séculos XVII e XVIII, em grande parte, responsáveis pelo balizamento das fronteiras e por vários processos que se desenrolaram, nos séculos seguintes, na aventura de construção da nação (GRUPO BRASILEIRO, 1987) cuja história é repleta de grande mobilidade populacional e guiada pela virtualidade da fronteira (SOUZA, 1997). Deslocamentos intensificados pela abolição, prenunciavam o que ficaria conhecido como êxodo rural e que se tornaria a marca registrada do país, vindo a se repetir, mais tarde, no contexto da chamada modernização conservadora (SILVA, 1982), com parte significativa da população tornando-se instável e movediça, como os trabalhadores volantes (GONZALES, BASTOS, 1977) para os quais restaria a migração como estratégia de sobrevivência (MENEZES, 1994).

12 Como pólo de forte atração demográfica, até o final dos anos de 1980, situam-se: a/ Brasília e sua periferia, b/ áreas metropolitanas nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e regionais; c/ áreas de ocupação relativamente recente nas zona da mata do oeste paraense e catarinense, d/ áreas de mineração (Rondônia e Amapá); e/ áreas de franja pioneira ao longo da rodovia Belém-Brasília; f/ áreas de exploração madeireira g/ áreas de expansão da fronteira agrícola dos cerrados. Segundo dados do IBGE, relativos ao Censo de 1970, cerca de 1/3 da população brasileira residia, naquele ano, fora do município de origem (GRUPO BRASILEIRO, 1987).

13 Entre as quais se encontram áreas de erradicação do café, pelo Instituto Brasileiro do Café – IBC, como regiões de Minas Gerais e Espírito Santo; áreas de cafeicultura nas quais o café foi sendo substituído por culturas comerciais e pela pecuária de corte e leiteira, como extremo oeste paulista; áreas de antiga ocupação agrícola (cana-de-açúcar, sisal, algodão, feijão e milho) invadidas pela pecuária, via créditos oficiais, no Nordeste; áreas de economias estagnadas, caracterizadas pela pecuária extensiva, como Maranhão e Piauí; áreas caracterizadas como corredores migratórios, ocupadas por frentes pioneiras de posseiros.

et al, 2003). Essa migração temporária se insere na problemática social das migrações, na questão da reinserção precária de populações camponesas ou de origem camponesa, as quais se submetem, via de regra, a condições precárias e até degradantes de trabalho, de direitos e de vida (SILVA, 1999, MARTINS, 2003), na insegurança, aqui e alhures, de quem sobrevive do trabalho temporário, na contemporaneidade, num relativo e provisório apaziguamento de suas necessidades vitais (PIALOUX e BEAUD, 2003). Assim, a “problemática social da migração” (MARTINS, 2003) envolve um problema social, sobretudo, na “reinclusão, no problema da dificuldade de inclusão, na forma patológica da inclusão” (MARTINS, 2003, p. 127), na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a migração é vista como deslocamento pelo qual os problemas, de fato, não se referem à saída de um lugar a outro, mas aos empecilhos à mudança de posição social no interior da sociedade, pelo estreitamento progressivo das possibilidades de ascensão social.

Assim, essas migrações são pensadas, aqui, para além de suas dimensões território-demográficas e quantitativas exclusivas da sua dimensão econômica. De fato, são deslocamentos sociais problemáticos para o próprio ser humano, em sociedades como a brasileira, em especial, a piauiense, nas quais se vivem longos períodos de estreitamento das oportunidades de vida. Trata-se, pois, do “(...) deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial, isto é, (...) [dos] fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos no processo de migração” (MARTINS,

2003, p. 133). Trata-se da inclusão degradada de pessoas no processo de acumulação ampliada do capital, que gera formas crescentemente perversas de inclusão marginal no mercado, dentre as quais até o trabalho escravo (MARTINS, 2003), de pessoas concentradas na extremidade inferior do espectro social de privação e desemprego, portanto, incluídas de forma marginal e residual na sociedade.

O vai-e-vem de migrantes temporários, demarcados pelas safras da cana, metaforicamente, lembram, no Nordeste brasileiro, as aves de arrição, arrição ou avoante, popularmente a “riboçã” que, anualmente, nos meses de março e abril reúnem-se em certas regiões para desovar e, então, vêm-se abatidas aos milhares. Trata-se de aves que migram, temporariamente, deixando a região e a ela retornando<sup>14</sup>. Análogamente, pensamos no/as migrantes temporário/as como aves de arrição e em seus locais de origem como territórios de arrição, em termos socioeconômicos e fisiográficos.

Convém lembrar que em termos fisiográficos, o Piauí se localiza numa zona de transição entre o Nordeste Oriental semi-árido e a Amazônia úmida, apresentando áreas de vegetação e clima de transição. Os municípios pesquisados apresentam fisiografia transicional de caatinga-cerrado e um regime de chuvas correspondente, com duas estações: “inverno”, estação das chuvas – de novembro a março, podendo iniciar-se até mesmo em outubro, indo até abril, em anos tidos como “bons de chuva”

– e “verão” ou estação seca – de abril a outubro. Na primeira estação, é intensa a atividade agrícola e a segunda é a da entressafra, quando se vive do que se colheu na estação anterior, do fabrico e comercialização de farinha de mandioca, do manejo do gado, do extrativismo, principalmente do coco babaçu, da diária para fazendeiros e prefeituras, e de serviços extras em ofícios vários. A agropecuária

é totalmente dependente das chuvas e sujeita a veranicos que prejudicam a safra dos legumes<sup>15</sup> e a formação da pastagem natural e cultivada. A área estudada situa-se na Mesoregião Centro-Norte,

---

<sup>14</sup> Em vídeo produzido a partir de pesquisa que realizou com migrantes do Vale do Jequitinhonha-MG Silva (1999), compara trabalhador/as daquela região a “Andorinhas nem lá nem cá”.

<sup>15</sup> Ferreira (1999) registra como legume “qualquer cereal no sertão”, mas Heredia (1979) alerta para a variante na classificação (verduras/legumes) segundo os momentos do processo produtivo.

Microrregião de Valença do Piauí (Fig.1, anexo 1) constituída por 14 municípios<sup>16</sup>. A população total (3,63% do estado) é estimada em 103.193 pessoas, (50.743 a masculina, e 52.450 a feminina), com 57.571 pessoas residindo na zona urbana e 45.622, na rural. A área total dessa microrregião é de aproximadamente 13.206 Km<sup>2</sup>, correspondendo a 5,26% da do Estado. A densidade demográfica é de 7,81 hab/ Km<sup>2</sup> (ADRIÃO NETO, 2003).

A economia da região tem base agropecuária sem, no entanto, contar com a dinâmica do agronegócio. No mercado formal de trabalho, os empregos são escassos e suas maiores fontes são a administração pública ligada ao Estado e aos municípios havendo, por parte da iniciativa privada, ínfimas possibilidades de empregos, seja no comércio, serviços, agropecuária e outras atividades, o que caracteriza os municípios como de baixa dinâmica econômica (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2003)<sup>17</sup> e de frágil estrutura de serviços básicos. Indicadores de exclusão social e de privação desses municípios (anexo 2), com base em Lemos (2005), evidenciam diferenças gritantes em relação aos índices observados na capital do estado, Teresina, para o ano de 2000. Os quatro municípios encontram-se situados entre os índices 0,000 e 0,400 de exclusão social<sup>18</sup> e sua classificação, por ordem decrescente, no estado, no ano de 2000, é a seguinte: Elesbão Veloso ocupa o 72º lugar, com 0,342, Várzea Grande, o 124º lugar, com 0,326, Francinópolis, o 145º lugar, com 0,320 e Barra D'Alcântara, o 154º, com 0,316 (FUNDAÇÃO CEPRO, 2004).

No que tange aos estabelecimentos agropecuários, a concentração fica na faixa de menos de 10 hectares, caracterizando-se perfil minifundista próprio do padrão camponês da agricultura familiar microrregional. Quando se considera o total de estabelecimentos (13.487) e se multiplica esse valor por seis (número médio estimado de pessoas por família camponesa, na região), tem-se um total de 80.922 pessoas o que, por seu turno, indica a importância dessa população na microrregião de Valença. Nos quatro municípios, o número de estabelecimentos é de 4.249 que, multiplicado por seis, dá um total de 25.494 pessoas envolvidas com a agricultura familiar<sup>19</sup> (anexo 3). Quanto à classificação dos imóveis rurais, esta, segundo o INCRA (Lei 8.629/90), é a seguinte: minifúndio - área: de 0,1 a 69,9; pequena propriedade - área: de 70,1 a 280,0; média propriedade - área: de 280,1 a 1.050,0, grande propriedade - área: de 1.050,1 a mais (anexo 4).

Se no quadro II (anexo 3), vê-se o total de estabelecimentos envolvidos com a agricultura familiar nos quatro municípios, e o quadro III (anexo 4) traz a classificação dos imóveis rurais feita pelo Incra, seguindo-se a definição do Pronaf, podem-se somar as duas primeiras colunas do Quadro III para se ter o total de imóveis rurais (minifúndios e pequenas propriedades) relativos ao que se convencionou chamar de agricultura familiar<sup>20</sup>, o que dá um total de 1.289 imóveis na região, considerando-se os imóveis de 0,1 a 280 ha.

16 Aroazes, Barra D'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhumas, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Valença do Piauí, Várzea Grande. Pela regionalização do estado, de acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento, a microrregião de Valença situa-se na Macrorregião Semi-Árido, no Território de Desenvolvimento Vale do Sombrio, e no Aglomerado de Municípios 11 (AG 11) (FUNDAÇÃO CEPRO, 2004).

17 Para detalhes de indicadores dos municípios, conferir Moraes, Frazão e Rogério Jr. (2007), sobretudo, anexos 8, 9, 10 e 11.

18 Quanto maior o índice, melhor a situação do município. A propósito, ver também anexo 12, em Moraes, Frazão e Rogério Jr. (2007).

19 Como se sabe, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura familiar-Pronaf considera como de agricultura familiar o estabelecimento de até quatro módulos rurais. Nos municípios da pesquisa, boa parte das famílias camponesas, pequenas proprietárias, sequer atingem um módulo que, nos municípios da região, é de 70 hectares.

20 No caso estudado contempla uma parte da coluna 4 do quadro II

### III – ATORES SOCIAIS: TRAJETÓRIAS E SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO

Embora vário/as entrevistado/as residam na periferia da cidade, isto não significa ruptura total de laços com a vida rural e com o trabalho agrícola, sendo comum, na alegação de motivos da migração do “interior”<sup>21</sup> para a cidade, o estudo de filhos/as, a busca de melhores condições de moradia e melhor acesso a serviços básicos. O vínculo estreito com o trabalho na “roça”, como é referido o trabalho agrícola, lembra Woortmann (1990) quando refere campesinidade, para pensar essa qualidade do grupo social investigado. Parte significativa dessa população se enquadra no perfil da primeira coluna do Quadro II, estando (anexo 3) entre os que o Incra define como minifundistas (0,1 a 69,9 ha ), enquanto outra parte nem chega a nela se enquadrar, por não deter a propriedade da terra. Ambas as categorias praticam o sistema de agricultura conhecido como “roça-de-toco” (MORAES, 2000), pagando a renda em produto ou em trabalho, pelo sistema de meia ou de terça. São meeiro/as, parceiro/as, moradore/as, arrendatário/as e pequeno/as proprietário/as minifundistas, este/as, muitas vezes, sem ter como cultivar as próprias terras, por falta de recursos necessários ao investimento mínimo requerido, e/ou pela sua má qualidade. Trata-se de uma população com acesso precário à terra.

(...) Aqui são poucas as pessoas que moram em terra deles, assim. Porque tem umas partes que é do Estado e quando eles constroem a casa, assim, no Estado, aí é considerado daquela pessoa, né? Mas a propriedade aqui quase toda tem dono. No caso, o vereador, ali, ele é o proprietário. Porque era do sogro dele, mas já tá assim dividido, né? Que são três filhos aí, no caso ele, a mulher dele que é a herdeira e mais dois. A maioria das famílias mora nas terras dele (...). Assim. Eles fazem roça e pagam renda. Tem uma renda. Eu nem sei mais dizer como é porque faz tempo que meu pai – já é bem velhinho – aí ele não tá mais fazendo roça, mas se eu não me engano, quando a roça é nova, que eles chamam roça nova, que é feita naquele ano, é... em cada tarefa eles fazem uma quarta. Chamam uma quarta que é: um saco. E quando é capoeira, que já foi feita duas vezes a roça. Ah, não, quando é capoeira é que é uma [quarta], e quando é roça nova são duas quartas, é assim! Mas tá tendo um caso também que os proprietários tá fazendo, cercando assim a roça e já dá pra uma pessoa plantar já cercada. Aí quando eles quer só pra plantar o capim eles já não paga renda, entendeu? Só planta o capim. Tem alguns que já tá fazendo isso. Ele [o marido] morava na cidade de Barra D’Alcântara. Ele trabalhava lá. A partir de agora quando ele chegar [da migração] é que ele vai trabalhar nas terras aqui. Aí eu não estou sabendo, né? Porque só no outro ano, mesmo (Sandra Nunes Martins, agente de saúde, localidade Campestre, Francinópolis).

A terra (...) não é minha não. Eu moro de morador e agora o dono quer lotear o chão. Eu nasci e me criei aqui. Eu tô com cinquenta e dois anos aí, depois de eu casado com trinta e três anos de casado. Agora eu moro de morador. Agora o cara quer lotear o chão. Ali aquele dali o rapaz andou aqui e disse. Não. [não precisa pagar] Já tô velho de morador, e aquela casa ali [ele] cede pra mim. Não pago nada . Agora eu fiz essa levadinha aqui [um bar ao lado da casa] porque os meninos gosta de beber aqui uma cachaça. Aí, pra botar dentro de casa lá, aonde a gente mora, fica meio complicado, né? É uma zoada, bagunça, aí eu disse: “- Eu vou fazer um vãozinho de casa bem aqui”. Aí agora eu fiz. Já tá dentro de três anos que eu fiz. E aí agora o cara disse que aquele chão ali tá certo que fica pra mim, mas esse daqui tem que comprar por duzentos e cinquenta e nove reais. (...) A renda é de duas quartas por tarefa. Se fizer cinco tarefas, você paga dez quartas. Se você fizer uma, paga duas. Se fizer duas, paga quatro. Se fizer quatro paga oito. (L. G. S. S., localidade Campestre, Francinópolis).

(...). As terras têm proprietário. Tem gente que tem a terra, sabe? Mas tem outros que não têm que nem o meu marido. Ele não tem. Vai trabalhar, por exemplo, no Chico da Ana Rita, no Demostes, no pai do Alberto Abraão que têm terra pro povo plantar, sabe? Que nem eles planta no [rio] Berlenga. Tem os dono das terras, aí, no Berlenga que eu não sei quem é tanto os nome das pessoas quem tem e não tem, sabe? São muitos. Aí vai. Pega duas ou três tarefas aradas aqui no Berlenga, aí, planta. Quando foi esse ano plantou, estiou o inverno e morreu um bocado. Aí escapou uma parte. O Berlenga veio e comeu. Tem um bocado aí que o arroz já virando a ponta do cacho pra madruce[r] [amadurecer]o Berlenga entrou e apodreceu tudo. Os que plantam nos alto que nem o vizinho aqui vai plantar lá perto do Bom Princípio. O meu marido. A

21 Sobre o uso corrente do termo “Interior” no Piauí, ver Moraes (2006)

gente mora aqui e vai plantar abaixo [depois] da costaneira do Bom Princípio Fica naquele jogo de pega e não pega. (...) Lá é [arrendado]. Meu marido mesmo é arrendado. Esse ano, não. Porque é um pedacinho velho lá da família do tempo dos avôs, dos bisavôs dele. Mas aí, é pequenininho. Não dá pra plantar quatro, cinco anos, mesma terra só. Mas a maioria são o quê? É três quartas de legume por tarefa, quando pega. Quando não pega fica só o bagulho lá, os pés de arroz, de milho pro dono botar o gado. Não tem renda. Aí não tem como pagar renda. [A casa] (...) é minha mesma. A dela [da vizinha] aqui é dela. Mas tem gente que não tem. Mora de aluguel. Paga cinquenta reais, sessenta reais de aluguel. É assim. (...) As terras lá [no interior], a maioria é do Estado. Porque os rendeiro de lá, os donos de terra de lá era de herança de antigamente, mas não tem como as pessoa ter o dinheiro pra comprar uma propriedade pra ser o dono. Aí tô com esse pedacinho lá. Mas lá mesmo tem terra mesmo de gente que bota aqueles rendeiro. Lá mesmo no interior tem vizinho que trabalha arrendado. (...) A gente não tem terra. Esse ano mesmo a gente plantou no pedacinho lá que era herança dos avôs dele [do marido], mas a gente planta arrendado. Paga renda. (D. R. S., bairro Grilo, Várzea Grande).

Eu não tenho. Eu só tenho terra... Eu nem pra quando eu for enterrar. Eu vou enterrada nas terras dos outros, que eu não tenho terra não. Eu só tenho terra debaixo das unhas assim quando eu tô cavando os buracos assim pra enfiar as estacas, aí, eu vou arrancar a terra com as unhas e fica as unhas tudo cheia [Risos]. Não tenho terra. É nas terras dos outros. Eu pranto é arrendado. Tem ano que eu planto arrendado no terreno dele aqui [Antônio Alves da Oliveira, nosso acompanhante], é no do Sousa ali, do Genésio ali: não tenho terra não. Eu planto nas terras dos outros (N. M. C., localidade Pai Chicô, Várzea Grande)

Esse modo de vida se ancora numa agricultura de provisão dos mínimos vitais, pelo cultivo dos principais legumes (arroz, milho, feijão, fava, da mandioca para o fabrico da farinha e da goma, e da macaxeira para o consumo humano), a reduzida criação de pequenos animais (ovelhas, galinhas, porcos e, às vezes, alguma “semente de gado”<sup>22</sup>) e a produção de algumas verduras e frutas (abóbora, melancia, banana) tudo isto sem produção significativa de excedentes para comercialização.

(...) Planta o milho, planta o arroz e feijão, são estes três produtos que a gente planta. (...) O principal trabalho aqui só a roça {e criar} só ovelha. (...) muito difícil [vender a produção], até porque o que a gente vem pegando só dá pra despesa e muitas vezes não dá nem pra alcançar a outra. Vamos dizer a gente faz a colheita nos meses de maio, abril e maio. Vamos dizer que a produção que a gente pegou não chega até junho do outro ano, porque por causa dos invernos, quase não chove, chove dois meses. Os meses de se fazer o plantio é dezembro e janeiro, aí vem chover em fevereiro, só da pra se plantar milho, por que arroz não tem mais graça, vou plantar em fevereiro porque ele tem que segurar em abril, por que já o mês de maio não chove, aí fica difícil. Então a gente vende, mais é muito difícil, só caso acidente mesmo, uma doença, vende uma carga de legume pra comprar medicamento. Muito difícil [todo mundo aqui] é a mesma coisa, só e caso de acidente se não ser não vende não, por que se vender vai comprar amanhã, que a produção é pouca (J. B. S., localidade Chapadinha, Elesbão Veloso).

Eu tô com nove anos que sou casada com ele e quando ele pega arroz, às vezes, a gente vende porque quando vêm as dificuldades assim para você comprar um remédio pra você pagar assim um talão de água ou alguma coisa a gente vende porque é obrigado a vender porque não tem de onde tirar. E se você tiver, você vende. Ele é muito difícil vender, mas só vende assim arroz mesmo, ele só vende mesmo, quando está mesmo, vê que não tem de onde tirar mesmo, da onde arrumar. Aí você é obrigado a pegar um saco dentro da sua casa e pegar e vender porque ali você tá tirando da sua boca para dar para outros. Mas aí, sendo obrigado o que você pode fazer, se é a única coisa que você tem dentro de casa? Aí a gente vende. (M.J.S.- bairro Morro da Esperança - Francinópolis).

Nesse contexto, impõem-se outras estratégias de sobrevivência dentre as quais se incluem migração temporária, aposentadoria de membros mais velhos, trabalho como diarista na roça (para algum fazendeiro) ou na cidade (geralmente para as prefeituras), dependência de programas

22 Forma pela qual é referido o pequeno número de cabeças de gado vacum pertencente à família, não raro resultante do ofício de vaqueiro e do sistema de quarta, que possibilita o rebanho mínimo.

governamentais de transferência de renda, algum raro emprego público local, artesanato, fabrico de remédio caseiro, coleta e quebra de coco babaçu, serviços de manicure, pequenos negócios, hortas comunitárias, carvoaria, olaria, trabalhos como o de mecânico, de vendedor ambulante, de costureira. Enquanto há práticas que aparecem uma ou duas vezes no universo pesquisado, a migração temporária aparece em 99% das famílias entrevistadas, como a estratégia de sobrevivência, por excelência.

Rapaz, aqui em minha casa é sete pessoa. Eu tenho cinco filhos. Três homens e duas mulheres. Aqui não tem como a gente sobreviver trabalhando de roça porque o prefeito não dá serviço pra pobreza. Dá a umas pessoa e outros, não. Aí, o meu menino, tem um na chapada trabalhando fazendo carvão e tem outro em Oeiras

[município piauiense] e tem esse que saiu pro Morro Agudo<sup>23</sup> porque aqui não tem ganho. Como é que eu agüento esse horror de gente dentro de casa sem eu ter condição? Meu salário é só do aposento [aposentadoria]. Só o salário que eu tenho é do aposento. Outro serviço, aqui, eu trabalho só mesmo dentro de casa, cuidando, limpando a casa, cuidando de menino. Outro serviço aqui eu não tenho. (...) Não tenho outro ganho. Só mesmo esse aposento. (...) Eu plantei uma tarefa de arroz no Jenipapo. Eu acho que o Berlenga [rio] tá acabando de comer o arroz. O menino [filho] foi lá na semana passada e disse: “-Hei! Mãe, lá não tem pra senhora não. O Berlenga tá comendo todinho!”. Aí eu não posso fazer nada. Eu não vou brigar com Deus! [na migração], aó Raimundo [filho] mesmo que foi pro Morro Agudo. Esse vai todos os anos. Quem ainda me dá uma ajudadinha é ele. E o outro também que anda pelo mundo também, mas este ano ele não foi não. (...) Ele [filho] tem umas cinco viagens lá. Ele, todos os anos ele vai. Todos os anos ele vai que não tem ganho aqui. Aqui o pobre véve de teimoso, mas aqui não tem ganho pra a pobreza não. Você pode prever que você sai daqui p’racolá e vê todo mundo com a cara pra riba porque não tem ganho. Não tem ganho p’ra pobreza. O pobre aqui véve porque é teimoso, mas que ganho não tem não. O prefeito aqui não tem pena da pobreza não. [Se a] pobreza quiser escapar é caçando uma diária fora daqui. Olha eu tenho um filho lá na chapada [no próprio município]. Tem mais de mês trabalhando pra lá porque aqui não tem ganho. Nem vão pedir um serviço o prefeito porque ele não dá. Aparece serviço é de calçamento [de ruas] e quem faz calçamento já tem as pessoas de trabalhar naquele emprego ali. Daqui não bota ninguém. Só os poucos que já sabe mesmo trabalhar lá. [Quando a roça não dá, vive] do quilinho de arroz. No dia que tem o dinheiro pra comprar, compra um quilo. E no dia que não tem, não compra. (...) Eu tenho três e todos três já andaram em Morro Agudo cortando cana. Todos três trabalharam [lá]. Aqui, quando aparece uma diária é oito reais [R\$ 8,00] uma diária. É oito reais, quando aparece. A coisa mais difícil que tem é você dizer: “-fulano foi trabalhar pra fulano”. Não tem isso não. [Trabalho, aqui,] é só quando tá chovendo que tão limpando o legume. Aí quando acaba é caçando diarinha nessas chapada quando os Nunes [fazendeiros] paga, o Murilo [fazendeiro] paga – de Bom Jesus –, É assim. [Nas chapadas é o] roço. É roçando capim. Bota trabalhador pra cortar as moitas. É do Pedro Luiz Mauricio, irmão do prefeito (I. B. C., bairro Grilo, Várzea Grande).

Chama a atenção, nas localidades rurais e mesmo nos bairros da cidade, a recorrente referência a relações de reciprocidade e solidariedade, próprias de grupos de sociabilidades marcadas pelo interconhecimento, o que aponta para um *homo moralis* (WOORTMANN, 1990) operando numa situação de mínimos materiais, enfrentada cotidianamente, mediante expedientes de uma economia da reciprocidade (SABOURIN, 2000), inclusive, nas situações de financiamento das viagens e na ajuda a mulheres sozinhas, no período da safra da cana, referidas por muitos como “viúvas de maridos vivos”.

Ajuda, trocando dia, hoje ele trabalha na roça de Pedro, amanhã o Pedro trabalha na roça de Maria. Eles trocam dia. Não há condições de pagar a diária, eles trocam o dia: hoje ele apanha o arroz do João, amanhã apanha o do José, e assim por diante, até terminar as colheitas (J. B. S., localidade Chapadinha, Elesbão Veloso).

Quando eles foram, eles tomaram dinheiro emprestado, porque não tinham. Tomaram dinheiro emprestado, aí foram. Aí, quando chegaram lá, quando começaram a trabalhar, aí pagaram a

23 Morro Agudo aparece nas falas como um nome genérico para referir as usinas paulistas, tanto aquelas propriamente localizadas em Moro Agudo, quanto as próximas.

pessoa que emprestou. [E não ] pagou [juros], não, graças a Deus, que a pessoa não cobrou não. Só cobrou mesmo a quantia (A. M. F., bairro Matias, Elesbão Veloso)

Não pago [juro] não [do dinheiro tomado emprestado para os filhos viajarem]. Porque eles não demora muito e a velhinha [pessoa que empresta o dinheiro] é muito legal, sabe? Às vezes a gente dá um agradozinho de dez reais [R\$ 10,00], de quinze reais [R\$ 15,00] porque a gente precisa, né? Então, dou. Quando eu tomo um dinheiro a ela, eu dou um agradozinho a ela porque todas as vezes que eu vou lá eu assumo um pouquinho assim. Se eu quero, assim, pra viajar, pra um menino meu viajar, eu assumo. Então, eu não gosto de deixar ela sem menos o dinheirinho do café, não (N. M. C., localidade Pai Chicô, Várzea Grande)

(...). De ano a ano eu uso três hectares, outro ano eu uso três hectares. É dessa forma, né? Eu não planto dois, três anos em seguida. Eu planto uma parte aqui, hoje, nesse ano, no outro ano, já planto outra. Quando chega uns cinco ou seis anos aí eu volto naquela mesma que eu comecei novamente até lá no final de novo. Então é essa faixa bem aí. Às vezes não planto só eu. Aí eu tenho um pedacinho mais aumentado um pouquinho, aí eu boto um rendeiro. Quer dizer, um tipo mesmo de ajudar um pobre com outro pobre. Porque eu sou pobre, né? Aí tem aquela coisa. Anos que me dá uma rendazinha, e anos que não dá... Aí rende cinco quartas de legume eu digo “rapaz, não me paga nada não, deixa aí”. Um que não meço terra. Minha terra o rendeiro é que mede lá, faz suposição na data certa de pegar o legume e diz “Seu Toinho, meu legume não deu nada, o que a gente faz”? “Rapaz, se deu alguma coisa, você me dá o que achar que eu mereço, e se também não deu nada, então deixa quieto. Vamos apelar pro outro ano”. É dessa maneira (A. A. O., localidade Pai Chicô, Várzea Grande).

Essa prática se dá, também, entre migrantes e seus familiares: aqueles, assim que começam a receber seus salários e quitar suas dívidas da viagem, remetem para estes, algum dinheiro. Quem é casado e deixou esposa e filhos na região de origem, costuma enviar-lhes dinheiro regularmente, mesmo em pequena quantidade. Quem é solteiro manda para pai e/ou mãe, “aqui e acolá um tostãozinho”, como dito por R. M. V., do município de Várzea Grande, mãe de migrante.

Com esse dinheiro compra-se “o que todo jovem tem vontade de possuir aqui”, diz M. J. S., do município de Francinópolis, cujo marido é migrante, o que significa, atualmente, na região, possuir uma motocicleta. Além disso, comprar “calçado bom e roupa boa”<sup>24</sup>, trazer dinheiro para “brincar”, ou seja, festejar com os amigos; adquirir aparelhos de som, antena parabólica; televisor. Como finalidades mais sólidas, buscam-se nos canaviais condições financeiras para construir a casa de alvenaria ou de “bloco”<sup>25</sup> no “lugar bom”, para “fazer um futuro aqui”, nas expressões da migrante J. L. S. S., do município de Francinópolis, incluindo-se aí, objetivos matrimoniais. Nesse sentido, “ser proprietário de uma casa, além do significado material, expressa, simbolicamente, que migrar não se dissocia do projeto de ficar, de manter raízes na terra natal” (MENEZES, 2002: 83).

Mas a maior parte do dinheiro conseguido no corte da cana, em São Paulo, fica por lá mesmo, nos gastos com a própria sobrevivência: aluguel, alimentação, taxas de água e de energia, enfim, despesas com a própria manutenção, restando muito pouco para ajudar à família. Para pagar a passagem de volta – mais cara que a de ida, no geral, contam apenas com o dinheiro do “acerto”, ou do seguro desemprego. Não são poucos os que vão sem ter emprego certo e, nos primeiros meses, contraem dívidas com amigos, colegas e até agiotas, nos locais de origem, para se manterem no destino, até conseguirem trabalho. Quando conseguem, boa parte da remuneração já está comprometida com o pagamento das dívidas contraídas para a sua manutenção durante o período em que estiveram desempregados. Assim, em muitos casos, as expectativas de “melhorar as coisas” – nas palavras de M. J. S., esposa de migrante, do município de Francinópolis – para si e seus familiares, acabam frustradas.

24 M. M. B. C., do município de Várzea Grande, ele próprio com experiência de migração temporária.

25 Tijolo vazado, de barro queimado ou de cimento.

Mas é forte o apelo da migração no ciclo permanente de trabalho temporário.

(...)Tem muita gente que vai e se dá bem. Aqui mesmo no morro tem um rapaz, todo ano ele vai, ele veio em dezembro e já voltou, ele já tá fichado, só vem de férias mesmo, dois mês, um mês, aí volta, já tá sabendo pra onde (...)” (A. M. F., bairro Matias, Elesbão Veloso).

Nesse contexto, expectativas de mães mesclam-se aos sonhos adolescentes de filhos de seguirem para o trabalho dar cana quando “completar a idade”:

(...) Eu penso tanto... É uma preocupação! Ele disse que quando completar a idade vai viajar. Pra Horlândia, cortar cana. (...) Ele quer ir pra comprar alguma coisa pra ele, uma casa, uma moto, uma coisa quê dê pra servir a ele. (...) Ele vai completar quinze anos. Ele disse se tivesse a idade já tinha ido, que eu não posso dar roupa, o calçado, [ele] tem que trabalhar. Se for dar uma diariuzinha e ganhar doze reais, o que faz com doze reais? Não dá nem pra comprar uma camisa, que é quatorze reais e setenta e cinco centavos! Só dá mesmo pra comprar uma sandália havaiana! (A. M. F., Bairro Matias, Elesbão Veloso).

Aqui na cidade, não pretendo ficar morando aqui depois de maior não! (...) Quero ir pra cana. (...) Aqui, pra gente conseguir as coisas é difícil demais. Lá é mais seguro. Tem muita gente estudando, não tá trabalhando (Filho, de 15 anos, de A. M. F., bairro Matias, Elesbão Veloso)

Para algumas pessoas, tais expectativas podem se tornar “só ilusão”, como diz a migrante e esposa de migrante L. N. S., da cidade de Elesbão Veloso. “A gente pensa oh! vai mudar e, às vezes, não muda”, como dito por M. J. S., do município de Francinópolis, esposa de migrante. Não bastassem essas frustrações, ainda acontece que o capital agroindustrial ao consumir a força de trabalho de migrantes, destrói o próprio trabalhador, inclusive pela morte nos canaviais, “por causa do trabalho estafante” (SILVA, 2004b, p. 7). Há relatos de que muitos são os trabalhadores que “chegam arriados”, como dito por A. S. M., pai de migrante, da localidade rural Chapadinha, de Elesbão Veloso e segundo o agente de saúde dessa localidade, Joaquim Barbosa da Silva, há ali seis trabalhadores com doenças adquiridas nos canaviais, e um já falecido<sup>26</sup>. Falam-se em muitos acidentes de trabalho, em invalidez, em cortes enormes e profundos, nos braços e pernas, que se dão constantemente, apesar dos instrumentos de proteção, sem mencionar doenças de coluna, respiratórias, *lupus*, dentre outras.

Pagam-se as passagens de ida para o Estado de São Paulo em moeda, com dinheiro tomado emprestado, na maioria das vezes, a juros. Por um lado, a figura do/a agiota, central no cenário; por outro, os/as migrantes como presas do capital usurário. Mas há uma gama de situações no financiamento da ida: há um, por laços estreitos de amizade com o/a prestador/a, não pagam juros; outros os pagam só na primeira viagem, conseguindo reservar uma quantia do dinheiro adquirido na cana para cobrir a próxima migração e, até, a de parentes iniciantes. Mas há, também, veteranos que não lograram fazer reserva financeira para a próxima viagem e terminam, como os iniciantes, tomando dinheiro emprestado a juros ou vendendo sua motocicleta, adquirida com o dinheiro da migração, para retornar aos canaviais. Aliás, esta última condição já se tornou uma oportunidade de negócios no mercado local de compra e venda de motocicletas. Segundo o prefeito de Barra D’Alcântara, Gilvan Ferreira dos Santos, “já tem gente que fica de cacete armado esperando a oportunidade para comprar as motos deles [dos migrantes]”, já se sabendo, assim, que há o momento certo para a transação.

Os meios de deslocamentos são tanto ônibus regulares<sup>27</sup> e legalizados, quanto clandestinos,

---

26 Como desdobramento de Moraes, Frazão e Rogério JR. (2007), Teodório Rgério Jr. trabalha em sua pesquisa de Mestrado em Políticas Públicas/UFPI, o tema doença e morte relacionadas ao trabalho nos canaviais, entre migrantes piauienses (ROGÉRIO JR. 2008).

27 Entrevista com funcionária da Empresa Itapemirim, no município de Francinópolis, revelou que há ônibus três vezes por

com aliciadores endógenos de trabalhadore/as para os canaviais, a serviço das empresas, na própria região, como mais um personagem social que lucra, *in loco*, com a migração, muitas vezes se utilizando da própria relação de amizade como forma de intermediação entre o “carteira branca”<sup>28</sup> e a usina. De fato, o próprio veterano na migração e “bom cortador de cana” se constitui em uma espécie de “pistolão” dos canaviais, podendo levar um amigo ou parente. Quem não tem nenhuma espécie de intermediário dificilmente encontra trabalho nos canaviais paulistas. Os próprios migrantes afirmam que “Morro Agudo está cheio” o que, segundo Silva (1999) é um fato, pois desde a década de 1990 cai o número de empregos na região de Ribeirão Preto-SP, de modo que só entre 1993 e 1997 foram dispensados, naquela região, dois milhões de trabalhadores, devido à mecanização. Isto não significa, no entanto, completa mecanização das usinas, a ponto de prescindirem dessa mão-de-obra temporária.

Assim, usinas do Mato Grosso do Sul também buscam trabalhadores na região de Elesbão Veloso, pagando passagens de ida e volta, e lhes adiantando trinta reais (R\$ 30,00), que serão descontados no decorrer do trabalho. Com efeito, os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul despontam como um novo destino na expansão do capital agroindustrial e do aliciamento de uma mão-de-obra farta e a baixo custo em regiões com altos fatores de expulsão. No entanto, as populações pesquisadas ainda têm como destinos principais o Estado de São Paulo e, neste, as cidades de Barretos, Capelinha, Guará, Ipuã, Orlândia, Pontal, São Joaquim da Barra, Terra Rocha e, principalmente, Morro Agudo, este, o município mais citado. Esses municípios, em especial Morro Agudo, se constituem em lugares de tradição do destino das migrações temporárias do Piauí, sendo pontos privilegiados de atração, através de redes sociais (CARNEIRO, SOUSA, e MARINHO, 2007) de parentesco, de amizades, na mediação do processo migratório. Tais redes são fundamentais para manutenção dos fluxos entre origem e destino dos/as migrantes.

No trabalho nas lavouras canavieiras do Sudeste brasileiro, esses jovens trabalhadores – só os mais fortes e hábeis são selecionados para o trabalho -, no geral, vão solteiros, mas alguns seguem com esposa e filho/as. Esses trabalhadores e suas famílias, cujas condições de vida em sua região de origem, são precárias, se sentem como se já nascessem destinados à migração: “(...) [quando] meu filho completar a idade e ele for, com certeza ele vai me ajudar” (A. M. F., bairro Matias, Elesbão Veloso). Como diz L. R. D., 53 anos, da localidade Chapadinha, de Elesbão Veloso, mãe de migrantes: “Depois que descobriram essa cana acabou-se, que mulher não tem mais marido pelo verão e nem mãe fica com os filhos dentro de casa”. Como afirma S. P. L., do município de Barra D’Alcântara, ex-migrante, pai e sogro de migrantes: “Eu saía pelo mundo não é porque eu queria não. Eu sou muito amoroso ao meu lugar. É a precisão que manda a gente embora (...). O coração saía trancado”. Assim, é quase uma obrigação migrar. Como dito por I. B. C., do município de Várzea Grande, mãe de migrantes: “tem que sair para trabalhar pra ganhar o pão de cada dia. Sem comer ninguém véve”.

De fato, na região, há décadas, migra-se à procura de trabalho no Sudeste brasileiro, sendo que há famílias com três gerações nessa experiência: avós, filhos e netos. Muitos fizeram, pessoalmente, a transição do trabalho da construção civil para os canaviais, caso de S. P. L., de Barra D’Alcântara, que migrou duas vezes para a construção civil em São Paulo e nove vezes para os canaviais, no mesmo Estado. Seus filhos são, hoje, migrantes canavieiros, numa trajetória familiar migratória em que são semana do município de Valença-PI para Ribeirão Preto-SP, que “faz a coleta” (recolhe passageiros) em Elesbão Veloso. Custo da passagem de ida: R\$ 200,00 (duzentos reais).

28 Entre migrantes, é o/a trabalhador/a inexperiente no mercado de trabalho formal, principalmente no corte da cana.

obrigados a “sair pelo mundo”, como dizem, à procura de trabalho. Apesar disso, esses trabalhadores não conseguem migrar socialmente, verticalmente e o drama social da migração se repete geração após geração, inclusive, numa mesma família. Essa realidade, uma trajetória que se confunde com a existência de muitas famílias, perpassando gerações, embora varie, em intensidade, entre os grupos familiares, está presente em todos. É que se a lavoura, principal fonte de renda não produz, as pessoas “passam necessidade”, como se diz localmente e esse “passar” expressa uma condição de vida que, em determinadas circunstâncias mais agudamente desfavoráveis é apenas suportada.

Na ausência de registros precisos de quantos/as trabalhadores/as da região pesquisada estão, atualmente, nos canaviais da região Sudeste brasileira, indicações numéricas fornecidas por agentes públicos e trabalhadores/as ouvido/as na pesquisa apontam para números instigantes: saem migrantes do município de Elesbão Veloso<sup>29</sup> três vezes por semana, de ônibus, nos meses de migração intensa, de fevereiro a maio, para os Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo, o que para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elesbão Veloso, Cícero Marcos de

Oliveira, significa haver, no momento (ano de 2006) mais ou menos 2.500 pessoas desse município no corte de cana em São Paulo, e demais estados. Em Barra D’Alcântara, segundo Gilvan Ferreira dos Santos, prefeito municipal, uns 30% da população do município (algo em torno de 1.200 pessoas) se encontram no corte de cana, sendo que cerca de 200 pessoas migram, semanalmente, para esse corte e, desse total, 80% têm como destino Morro Agudo-SP. O período de regresso desses migrantes, no geral, é nos meses de outubro, novembro e dezembro, à época do Natal, e no período dos festejos tradicionais de cada município.

Nos municípios pesquisados, boa parte das famílias torna-se dependente de programas de transferência de renda do governo federal. Mesmo famílias que, de certa forma, têm uma pequena área de terra enfrentam baixa qualidade do solo, escassez ou má distribuição de chuvas, o que prejudica enormemente a agricultura de sequeiro, praticada na absoluta dependência das chuvas, sem mencionar a timidez de políticas públicas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar camponesa<sup>30</sup>, embora certas necessidades vigentes sejam, em alguma medida, amenizadas pelos programas oriundos de políticas governamentais de apoio à agricultura familiar, como o Pronaf A e B<sup>31</sup>, e pelos programas de transferência de renda como Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Gás, e outros programas sociais de infra-estrutura e educação como Programa Habitacional, Programa de Educação de Jovens e Adultos– EJA, dentre outros desenvolvidos no nível municipal com apoio do governo federal. No entanto, tais programas apresentam contribuições parciais e com intensidades diferentes para a sobrevivência de cada família, porque as condições socioeconômicas e a própria dimensão familiar são diferentes de uma família para outra e ainda, pelo fato de o ingresso das famílias nos programas dar-se de maneira fragmentada: algumas ingressam no Bolsa Família, outras apenas no Pronaf, ou só no Vale Gás, algumas somente no Habitacional. Há, porém, aquelas sem acesso a nenhum desses programas. Há quem, por exemplo, só conseguiu acesso ao Vale-Gás, e lhe falta alimento para cozinhar.

Com efeito, falta a muitas famílias uma estrutura mínima que potencialize aquilo que viria como incentivo. As carências são grandes e, embora várias famílias tenham tido acesso ao Pronaf B, a

29 Elesbão Veloso é um ponto de partida (de ônibus) de trabalhadores dos demais municípios da região.

30 O discurso de um extensionista do Emater que participou de uma das reuniões durante a pesquisa, é sintomático dessa situação: “(...) o produtor rural, há uma resistência dele para se adequar àquilo que a gente leva. (...) O sistema de cultivos aqui é rudimentar. No restante do país, é desenvolvido. Aqui, é antigo” (Antônio de Souza Neto, extensionista do Emater, município de Várzea Grande. Grifo nosso). A fala revela um preocupante desencontro de perspectivas culturais entre agente da extensão e populações camponesas.

31 Uma melhor apreciação do efeito dos programas governamentais de transferência de renda sobre o movimento migratório da população estudada está por ser feito. Nesse sentido, Francisco Alves Frazão está trabalhando em sua pesquisa de Mestrado em Políticas Públicas, na UFPI, o incidência do Pronaf na trajetória dos migrantes (FRAZÃO, 2008)

perspectiva quanto aos resultados não tem, para todas, o mesmo sentido, pois, há aquelas cujo chefe, enquadrado no programa, migrou para não vender a criação adquirida com os recursos repassados. Tratam-se de situações em que necessidades mais imediatas não esperam por resultados a médio prazo. Mas há, também, casos como o de G. A. S., de Francinópolis, e esposa, que apostam na experiência com o Pronaf como uma alternativa à migração. Trata-se de um jovem casal de migrantes, com criança de colo, em período de “repouso”, aplicando o ganho da migração no local de origem (construção de casa própria) e experimentando o Pronaf.

Tudo isto indica que o trabalho temporário, via migração, sobretudo para quem já passou pela experiência, não é uma equação matemática, mas uma relação social na qual a migração temporária, que para muitos compensa, para outros é tida como não-compensatória, embora seja, no leque das possibilidades de geração de renda para força de trabalho masculina da região, a mais visível, tornando-se a principal estratégia de sobrevivência, tanto que se pode falar em uma cultura da migração temporária, no sentido de um caldo cultural forjado no jogo das trajetórias geracionais.

Nesse contexto, é importante entender a dialética das circunstâncias que cercam os julgamentos no dilema da compensação ou não da migração, que se expressa na avaliação das experiências em termos de resultados positivos ou negativos, o que influencia, em muitos casos, as escolhas ou decisões futuras. O/as migrantes (jovens solteiros, jovens pais ou mães, adulto/as, principalmente chefes de famílias) traduzem, no geral, suas aspirações, em objetivos concretos de ordem material, como aquisição de motocicleta, compra de objetos de uso pessoal (roupas, calçados, aparelhos eletrônicos de som – caso do/as mais jovens – aquisição de uma casa, sem mencionar a sobrevivência da família ou o suprimento de alguma necessidade imediata. Com efeito, se alguns desses objetivos forem alcançados, costumam dizer que a experiência compensou, quando comparam as condições de origem com o ganho possível no destino para o qual se dirigem, concluindo que, na origem, não têm não só como adquirir casa, motocicleta, ou geladeira, nem mesmo como sobreviver.

Apesar de aspectos compensatórios, são muitas as referências ao lado negativo, sofrido e desgastante do labor na cana, o qual requer esforços físicos excessivos. Além disso, há outras perdas como abandono dos estudos, principalmente pelos/as jovens, sem dizer que a migração pode compensar, a “depende da sorte”, das formas de contrato e do tipo de empreiteiro: “É, tem muitos que tem aquela sorte que compensa e tem muitos que pega gatinho véi ruim, que no final não tem seguro desemprego (...)” (Joaquim Barbosa da Silva, Agente de Saúde, Elesbão Veloso). Nesse sentido, a migração é alternativa duvidosa, empreendimento de risco. Além disto, há quem entenda que a migração não compensa, sendo o fruto dela consumido “por lá mesmo” e o esforço é maior que o ganho, além das dificuldades de adaptação à nova realidade e às novas relações de trabalho, do risco de doença, e de morte. Para essas pessoas, a permanência no local de origem é mais satisfatória, apesar dos obstáculos à sobrevivência. De todo modo, embora as divergências quanto à compensação da migração, há uma expressão generalizada do sentimento das pessoas de que se condições houvessem, de trabalho, na região de origem, não se sairia “pelo mundo”.

Nesse contexto, representantes dos poderes públicos locais se dizem sensibilizados e preocupados com o fluxo migratório. No entanto, não se percebem ações concretas capazes de aplacar a situação da inserção precária, e degradante de trabalhadore/as, na agroindústria canavieira o que, aliás, para alguns gestores é algo positivo, por gerar renda para os municípios. Apenas no município de

Francinópolis, houve informações de um projeto, em curso, para criação de uma infra-estrutura mínima, na área rural (distribuição de terras, instalação de água e luz nas comunidades) e de lotes na área urbana. Nos demais, as falas de prefeitos ou seus representantes apontam sempre mais para dificuldades dos municípios que governam que para soluções relativas à geração de emprego e renda: “A diferença da necessidade e a capacidade do poder público municipal dar a resposta é grande demais” (Raimundo Firmo Sobreira, vice-prefeito de Barra D’Alcântara).

“O município atualmente não dispõe mais de terra, um pouco que tinha foi feito loteamento, certo? É muito pouco, o pouco que resta do município é terra improdutiva, ou seja, terra que não tem... Você vai gastar muito mais com adubo, digamos assim, do que o que você vai colher” (Luis Nunes Ribeiro Filho, prefeito de Várzea Grande)<sup>32</sup>.

Chama atenção, ainda, a ausência de iniciativas de ações conjuntas, em consórcio, dos municípios. Quanto à contribuição direta das prefeituras, com mediadas para amenizar a falta de emprego e renda da população, os serviços disponíveis para esse fim se resumem a diárias em trabalhos de construção e conservação de estradas, calçamentos, limpeza da cidade e outros dessa natureza. Tais serviços, no entanto, não atendem à demanda da população, pois são temporários, restritos, de baixa remuneração e não garantem renda fixa, além de não atingirem a um grande número de trabalhadores/as. As prefeituras, então, enfrentam o problema de selecionar trabalhadores/as dentre muitos necessitados, com a escolha recaindo, segundo o/as gestor/as públicos entrevistados/as, em trabalhadores/as sem renda. Mas trabalhadores/as dizem que o critério de seleção é político, com a prioridade dada a quem vota no grupo do prefeito, o que aponta para as relações de clientelismo que perpassa a vida dessas populações.

Só por adulação aí. Aí quando aparece alguma coisa (serviço) pra dar aí, quando vem assim do governo assim eles pegam e dá pra quem quer (G. A. S., Francinópolis).

Quando começou esse negócio de calçamento, ele trabalhou uns dois dias. Aí, depois que ele foi, não trabalhou mais porque soube que ele não era do mesmo partido. Aí não foi mais. Aí botou outro no lugar dele, do lado dele. Aí só bota gente dele (J. L. S. S., Francinópolis).

Me tiraram (do serviço) porque disse que eu não votava pra eles. Aqui o povo vive mais é de política. Vive aqui é na política. Se não tiver na política ninguém não vive (R. M.V., Várzea Grande).

Adulação assim, porque pela parte da prefeitura é quem eles quer ajudar. Eu morava aqui. Transferi meu título pra lá e aí foi no tempo da campanha da política, foi em dois mil e três [2003]. Aí por causa de voto eu ganhei o frete. Foi quase aquela coisa. Foi quase que vender o voto (D. R. S., Várzea Grande).

#### IV-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se compreender porque esses/as trabalhadores/as ainda migram tanto, mesmo em condições desfavoráveis, há que se entender a problemática social da migração, que se expressa, inclusive, na obrigatoriedade da separação do meio familiar e social para ir ao encontro do estranho, rompendo, em certa medida, com o substrato sociocultural ao se sair de uma sociabilidade mais estável

---

32 Trabalhadores/as ouvido/as sobre o mesmo assunto têm outra versão a respeito: as terras dos municípios existem, no entanto foram griladas por fazendeiros da região.

para uma transitória, sentida como a falta de um lugar e dita nas falas locais do “andar pelo mundo”, como se fora um fardo e um desalojamento, numa “(...) sociabilidade precária e desagregadora da transição e do trânsito, do deslocamento de um lugar a outro, de um tipo de vida social a outro (MARTINS, 2003, p. 146). A sociabilidade do trânsito é sentida por quem migra e pelos familiares que ficam. A separação se expressa por um sentimento de dor, vazio, saudade e de perda da “graça”, na verdade o sentimento da falta, e da incompletude. Por seu turno, a temporalidade da migração faz com que o “estar junto” se restabeleça, mesmo que de forma precária, para logo se desconstruir. E o ente querido permanece no imaginário constituído pela saudade e pela preocupação.

(...) É muita preocupação os filhos tá no mundo sujeito a um acidente, principalmente, no corte de cana que é muito perigoso acidente de corte, cobra e tudo mais. Mas a gente vai rezando e pedindo a Deus pra abençoar eles pra ver se ajuda a gente mesmo assim (M. G. S. R., Pai Chicô, Várzea Grande).

È a expressão de desconforto de famílias que não podem proteger, amparar o filho que “está no mundo” e das angústias de quem migrou. Por outro lado, a migração temporária é vista positivamente, por possibilitar o reencontro num tempo mais curto, se comparada às de mais longa duração, como as destinadas aos empregos em “firmas”, como se referem localmente, a empregos permanentes. Com o reencontro, ressurgem a alegria e sossego perdido com a separação, embora o reencontro seja também temporário porque por maior que seja o desejo de ficar, as necessidades de sobrevivência são mais fortes, além do que, inaugura-se uma nova forma de vida: a de viver entre dois mundos. Mesmo que o trabalho “pelo mundo”, como dizem, em alguns casos traga frustrações, pois os esforços empreendidos para garantir a independência econômica, aprofundam ainda mais a dependência como ocorre, por exemplo, com quem volta doente e passa a depender da família como cuidadora.

Em meio a tudo isto, a esperança de um futuro melhor. Embora as atuais condições precárias de muitas famílias gerem pessimismo quanto ao futuro dos/as filhos/as, no geral, a positividade prepondera. Grande parte dos/as filhos/as que estão fora deseja estabilidade econômica para voltar às origens. Pais e mães de migrantes querem para os filhos/as o que não tiveram: vida mais confortável. Para muitos/as, esse futuro depende de estudo, e trabalham para garantir a educação escolar dos/as filhos/as e, para algumas famílias, a primeira migração – do “interior” para a cidade – foi impulsionada pela educação formal de filhos e filhas. Agora, essa migração continua, em outros termos, pelos pais e mães ou mesmo pelos filhos e filhas, visando à sobrevivência – ou a constituição – da família.

### Anexo 1

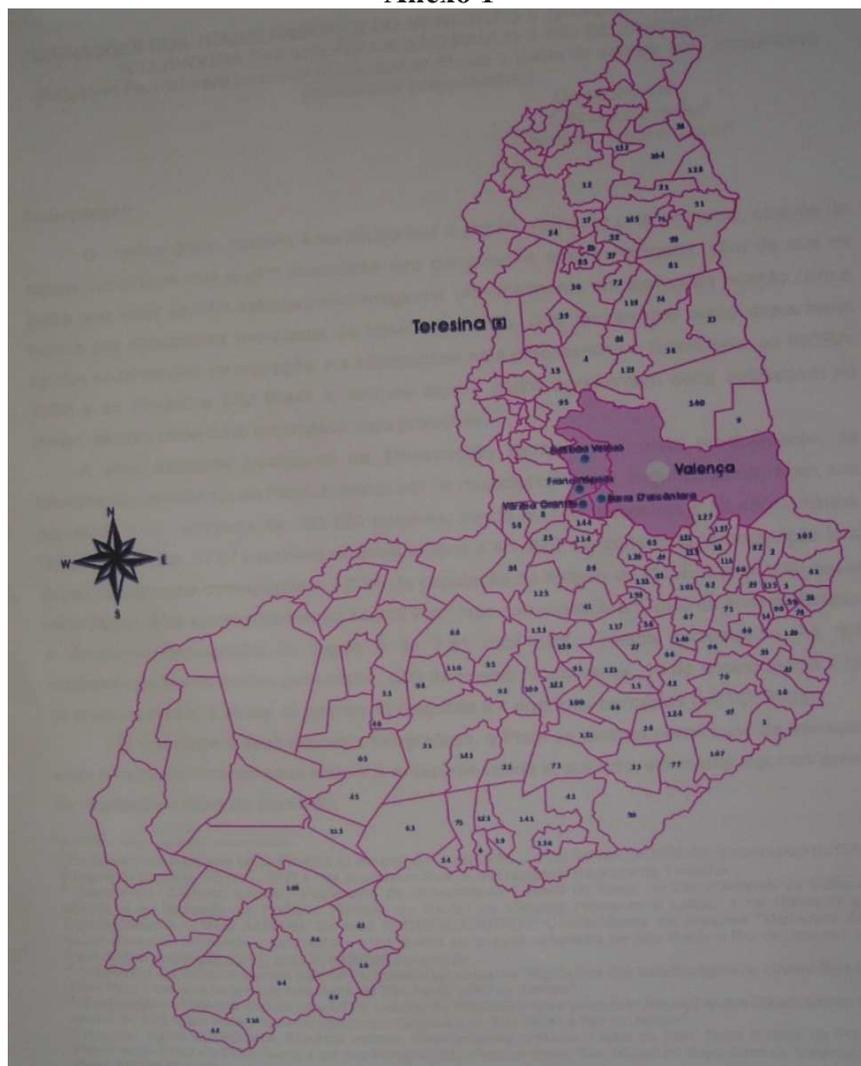


Figura 1 – Mapa do Piauí com destaque da região da pesquisa

Fonte da malha municipal: IBGE, 2002. Fonte da delimitação: Projeto Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-Árido – Piauí (UFPI/CNPq-Sudene, 1984). Digitalização e Diagramação: Ivaldo da S. Sousa, 2006

### Anexo 2

Municípios	IES % Excluídos	Pop Total	Popul. excluída	Priv água	Priva sane	Priv lixo	Prive duc.	Priv rend.	Renda Chefe (US\$/mês)
<b>Teresina</b>	22,82	715.360	163.274	10,08	21,88	14,35	21,40	40,71	376,06
<b>Barra D'Alcântara</b>	54,73	4.107	2.247	48,71	76,39	78,17	27,00	84,14	102,42
<b>Elesbão Velo</b>	55,79	15.002	8.369	34,97	99,16	56,23	36,30	83,56	106,05
<b>Francinópolis</b>	55,66	5.254	2.924	31,74	99,35	78,45	30,40	86,45	87,84
<b>Várzea Grande</b>	55,36	4.475	2.477	36,28	82,78	63,72	36,40	84,32	101,25

Quadro 1- Exclusão social e privação nos municípios pesquisados e na capital do estado<sup>33</sup>

Fonte: Lemos (2005) – com base em valores estimados a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

33 Indicadores: privação de água tratada; privação de saneamento; privação do serviço de coleta de lixo; privação de educação; privação de renda. Para detalhes, ver Lemos (2005) e Moraes, Frazão, e Rogério Jr. (2007).

**Anexo 3**

Mesorregião, microrregião e Municípios	Menos de 10 ha	10 a – de 100 ha	100 a – De 200 ha	200 a – De 500 ha	TOTAL
Centro-norte piauiense	48.239	10.989	2.104	1.522	62.854
Valença do Piauí	10.182	2.480	479	346	13.487
Municípios	Xxxx	xxxx	xxxx	Xxxx	Xxxx
Barra D`Alcântara <sup>34</sup>	-	-	-	-	-
Elesbão Veloso	1.121	312	119	72	1.624
Francinópolis	827	137	15	3	982
Várzea Grande	1.291	320	24	8	1.643
Sub-total dos 4 municípios	-	-	-	-	4.249

Quadro 2 - Presença da agricultura familiar com base nos estabelecimentos por grupo de área na meso e microrregião onde se situam os municípios da pesquisa  
Fonte: Censo agropecuário, 1995/1996 – IBGE.

Municípios	Minifúndio Área: 0,1 a 69,9		Pequena Propriedade Área: 70,1 a 280,0		Média Propriedade Área: 280,1 a 1.050,0		Grande Propriedade Área: 1.050,1 a mais	
	Total	Área total (ha)	Total	Área total (ha)	Total	Área total (ha)	Total	Área total (ha)
Barra D`Alcântara	137	3.928,6	39	5.433,3	3	997,0	0	0
Elesbão Veloso	482	14.302,1	262	35.286,1	66	31.584,5	13	21.848,6
Francinópolis	172	3.374,7	42	5.310,7	4	1.711,1	1	1.840,1
Várzea Grande	118	3.072,4	37	4.297,5	6	2.629,3	0	0

Quadro 3- Classificação dos imóveis rurais  
Fonte: INCRA (2006)

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO NETO. Geografia e História do Piauí para Estudantes. Da pré-história à atualidade. Teresina: Edições Geração 70, 2003.
- BOURDIEU, P. Compreender. ----- (coord.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 693-732.
- BRANDÃO, C. R. Diário de Campo – a antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa SIM BRASIL, 2003, CD Rom.
- CARNEIRO, S. M., SOUSA, A., MARINHO, K. Migração, estrutura agrária e redes sociais. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (org). Migrantes. Trabalho e trabalhadores no complex agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCar, 2007, pp. pp. 215-232
- CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. GUIMARÃES, A. Z. (Org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, pp 87-121.
- CEPETE. Trabalhadores migrantes do Piauí. Teresina, 2003, 41 p.
- FERREIRA, A. B. H. Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2.128 p.
- FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. GUIMARÃES, A. Z. (Org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, pp. 77-86.
- FRAZÃO, F. A. Migração temporária e Pronaf na trajetória social de populações camponesas: um estudo de caso no município de Francinópolis-PI. Projeto de Pesquisa. Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008, 34 p.
- FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí em Números. Teresina: Fundação Cepro, 2004. 170 p.
- GONZALES, E. N., BASTOS, M. I. O trabalho volante na agricultura brasileira. PINSKY, J. (org). Capital e trabalho no campo. São Paulo: HUCITEC, 1977, pp. 25-47.
- GASKELL, G. entrevistas individuais e grupais. BAUER, M. W., GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 64-89.
- GRUPO BRASILEIRO. Migração. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1987, pp. 756-58.
- HALL, S. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HEREDIA, B. M. A. A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p. IBGE. Censo Agropecuário 1995/96-Piauí.
- INCRA Sistema Nacional de Cadastro de Módulos Rurais SNCR- 20/02/2006
- JOVCHELOVITCH, S., BAUER, M. W. Entrevista narrativa. BAUER, M. W., GASKELL, G. (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 90-113.
- LEMOS, J. S. Mapa da exclusão social. Radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.
- LIMA, N. C. Os crespos do sertão. ANAIS... 25ª RBA, Goiânia/GO, 11 a 14 de Junho de 2005, 20 p.
- MARTINE, G., GARCIA, R. C. (Org.) Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo:

Caetés, 1987.

MARTINS, J. S. A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, J. S. A chegada do estranho. São Paulo : Hucitec, 1993.

MENEZES, M. A. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses migrantes. Campina Grande: UFPB, 2002.

MENEZES, M. A. As estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores: o caso das migrações. RAÍZES, n. 9, Campina Grande, UFPB, 1994, pp. 17-37.

MICHELAT G. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em sociologia. THIOLENT, M. (org.) Crítica metodológica, investigação social e enquete operária, São Paulo: Polis, 1987, pp. 191-211.

MORAES, M. D. C. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000. 475 pp.

MORAES, M. D. C. “Ainda queremos ser...tão?”(reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí). 25ª RBA. 11 a 14 de junho/2006, Goiânia. ANAIS... Cd Rom. 20 p.

MORAES, M. D. C., FRAZÃO, F., ROGÉRIO JR. T. Migrações dos trabalhadores do Maranhão e do Piauí para o trabalho na lavoura canavieira de São Paulo e Rio de Janeiro Relatório Parcial com base em dados secundários e visita de campo aos municípios piauienses pesquisados. Teresina, 2006, 35p.

PIALOUX, M., BEAUD, S. Permanentes e temporários. BOURDIEU, P. (Org.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 309-20.

RIBEIRO, D. O Brasil sertanejo. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, pp. 339-63.

RICHMOND, A. H. Migração. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1987, pp. 756-758

ROGÉRIO JR., T. Migrações temporárias, desgaste físico e políticas públicas: a percepção dos trabalhadores canavieiros de Elesbão Veloso-PI. Projeto de Pesquisa. Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008, 20 p.

SABOURIN, E. Changement sociaux, action collective e intervention externe. CARON, P., SABOURIN, E. (Coord.). Paysans du Sertão: les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil. Montpellier: Editions du CIRAD, 2000. (Collection Repères).

SILVA, J. C. A. Conversa bonita. O trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na região dos cocais, Maranhão. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2004a.

SILVA, M. A. M. Trabalhadores migrantes temporários: a face oculta do agronegócio do açúcar e álcool, [s/l], 2004b.

SILVA, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

SILVA, M. A. M. As Andorinhas nem lá nem cá. Vídeo, 45 m. VHS, 1998.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, 370 p.

SOUZA, C. V. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997. 171 p.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J (org.) Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano (org). São Paulo: Cortez Editora, 2000, pp. 93-12.

VEIGA, J. E. et all. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD. Texto provisório para discussão, agosto 2001, 105 p.

WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/SP: Letras à margem, 2002, pp. 121-168.

WOORTMANN, k. “Com parente não se negueia”. O campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: UnB, 1990, pp. 11-73.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. CARDOSO, R. (org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 123.